



RELATÓRIO E PARECER DO CONTROLE INTERNO SOBRE AS CONTAS DO PODER EXECUTIVO – EXERCÍCIO DE 2025

Na qualidade de responsável pela Unidade Central de Controle Interno do Município de Condor - RS, em cumprimento ao disposto no artigo 74 da Constituição Federal, no artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e nos termos do artigo 71 do Regimento Interno do Egrégio Tribunal de Contas do Estado (Resolução nº 1.028/2015), submetemos o presente relatório elaborado em conformidade com a alínea “b” do inciso IV do art. 2º da Resolução nº 1.134/2020.

De início, cabe mencionar que Órgão Unidade Central de Controle Interno do Município foi instituído pela Lei Municipal nº 1.176/2001, alterada pela Lei nº 2.102/2013, novamente alterada pela Lei nº 2.657/2020, e regulamentada pelo Decreto nº 087/2001, tendo seus membros designados pelas Portarias nº 071/2024 e nº 127/2025.

No decorrer do exercício de 2025, a Unidade Central de Controle Interno teve suas atividades impactadas pelo afastamento da responsável pelo setor, servidora Gianine Schmidt, em razão de licença-maternidade. A partir de 06 de maio de 2025, a servidora Cláudia Betina Veiverberg Kal passou a responder pelo setor de forma temporária e sem dedicação exclusiva, acumulando a função com outras atribuições administrativas.

Diante desse contexto, as ações do Controle Interno foram desenvolvidas de maneira mais sucinta e direcionadas prioritariamente ao atendimento das demandas e determinações do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul. O acompanhamento da gestão manteve caráter preventivo, orientativo e fiscalizatório, porém com foco na verificação da regularidade dos registros contábeis e no cumprimento das normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às exigências do órgão de controle externo.



As manifestações técnicas ocorreram por meio de relatórios e comunicações administrativas, voltadas principalmente à garantia da conformidade legal e ao atendimento tempestivo das obrigações institucionais. Ainda que com atuação mais concentrada nas demandas essenciais, buscou-se preservar a segurança jurídica dos atos administrativos e a regularidade da gestão pública municipal.

Em síntese, visando a eficácia do sistema de controle e o suporte à gestão, a Unidade Central de Controle Interno realizou, durante o exercício de 2025, os seguintes trabalhos técnicos:

a) Auditorias Internas: Devido à ausência da titular do cargo no período, não foram realizados procedimentos de auditoria nos setores da Administração Direta e no Poder Legislativo, apenas acompanhamento dos procedimentos solicitados nas auditorias anteriores;

b) Acompanhamento e Verificação: Emissão de 02 relatórios de acompanhamento técnico, destinados à verificação da conformidade de atos administrativos e à avaliação do cumprimento de metas fiscais e físicas;

c) Atos Normativos: Emissão de **04** Instruções do Controle Interno, visando a padronização de procedimentos internos e a mitigação de falhas operacionais;

d) Comunicações Oficiais: Expedição de **20** Ofícios Internos contendo alertas, orientações e solicitações de providências aos gestores e responsáveis por unidades administrativas;

e) Controle Fiscal (LRF): Elaboração de pareceres obrigatórios, em observância à Lei Complementar nº 101/2000 e à Resolução nº 1.134 /2020 do TCE-RS;

f) Atendimento ao Controle Externo: Elaboração de respostas a questionários, diligências e demais requisições de informações do Tribunal de Contas do Estado, garantindo a transparência e a fidedignidade dos dados enviados ao sistema SIAPC/PAD.

A Unidade de Controle Interno, após análise da documentação das Contas do Prefeito Municipal, relativas ao exercício de 2025, resolve emitir o seguinte relatório e parecer, como segue:



1. NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 1.134/2020

Quanto ao resultado das análises dos itens pertinentes a Resolução nº 1.134/2020 do Tribunal de Contas do Estado, que foram objeto de verificação documental e de consistência, relatamos o seguinte:

1.1. DAS METAS DA LOA, DA LDO E DO PLANO PLURIANUAL

O acompanhamento realizado por esta Unidade de Controle Interno demonstra que as metas físicas e fiscais estabelecidas no Plano Plurianual (PPA), priorizadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e fixadas na Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício de 2025, foram atingidas em conformidade com o cronograma de execução mensal de desembolso.

1.2. DA REGULARIDADE DAS CONCILIAÇÕES BANCÁRIAS

Verificou-se que as conciliações bancárias de todas as contas mantidas pelo Poder Executivo foram elaboradas de forma tempestiva ao longo do exercício de 2025 e, no caso de eventuais divergências, as mesmas foram devidamente regularizadas, inexistindo omissões que comprometam a disponibilidade financeira informada nos balancetes.

1.3. DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS DOS AGENTES PÚBLICOS

Verificou-se que o Poder Executivo mantém procedimento administrativo regular para a recepção, guarda e sigilo das declarações de bens e rendas dos agentes públicos, em estrita observância ao que preceitua a Lei Federal nº 8.429/1992 e normas locais.

Esta Unidade de Controle Interno confirma a existência de declaração formal, assinada pelo Prefeito Municipal e pelo responsável pelo Setor de Recursos Humanos, ratificando que os referidos documentos foram entregues no período atual e encontram-se devidamente arquivados e a disposição para eventuais requisições de autoridade competente.



1.4. DA REALIZAÇÃO DOS INVENTÁRIO DE BENS PATRIMONIAIS

Do Inventário de Bens Móveis: Verificou-se que todos os bens móveis adquiridos no exercício de 2025 foram devidamente incorporados e classificados nas contas patrimoniais correspondentes. Foi examinada a Ata de Inventário Físico, resultante do levantamento in loco realizado pela Comissão designada, a qual atesta a existência física e a localização dos bens permanentes.

Da Ata de Inventário dos valores em caixa: Foi verificada a realização da conferência e contagem física dos valores em espécie, registrada no Termo de Fechamento de Caixa de 31/12/2025. O documento, subscrito pela Tesoureira e pelo Contador, atesta que o saldo financeiro encontrado guarda estrita paridade com o Boletim de Caixa e os registros contábeis do encerramento do exercício, confirmando a integridade das disponibilidades imediatas.

1.5. DA CONFIABILIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Na análise do conjunto das demonstrações contábeis consolidadas do Poder Executivo, relativas ao encerramento do exercício de 2025, esta Unidade de Controle Interno procedeu à verificação da consistência e da fidedignidade das informações apresentadas. O exame baseou-se no confronto recíproco entre os principais demonstrativos, garantindo a integridade dos dados enviados ao TCE-RS via sistema SIAPC/PAD. Citamos os seguintes:

Balanço Financeiro (Anexo 13): Verificou-se a exatidão das informações comparando-se os dados constantes no demonstrativo com os saldos apurados no Balancete de Verificação Contábil de 31/12/2025.

Para validar a consistência, aplicou-se o teste de paridade entre o saldo para o exercício seguinte informado no Balanço Financeiro e a somatória das disponibilidades (Caixa e Bancos) registradas no Balanço Patrimonial, constatando-se total convergência de valores.



BF - BALANÇO FINANCEIRO	
Saldo Anterior do ativo disponível (Caixa e Bancos)	4.313.515,57
(+) Receita Orçamentária Realizada	70.046.670,66
(+) Receita Extra Orçamentária	11.207.634,56
(+) Transferências Financeiras Recebidas	357.193,90
(+) Outras Movimentações Financeiras Recebidas	26.287.063,96
(-) Despesa Orçamentária realizada (Empenhada)	(65.431.677,46)
(-) Despesa Extra Orçamentária	(10.048.086,48)
(-) Transferências Financeiras Concedidas	(1.500.000,00)
(-) Outras Movimentações Financeiras	(23.765.986,87)
(=) Saldos das disponibilidades em 31/12/25 (Caixa e Bancos)	11.466.327,84

Fonte: Balanço Financeiro (Anexo 13)

Balanço Patrimonial (Anexo 14): Constatou-se que o demonstrativo reflete adequadamente a posição financeira e patrimonial do Município. A análise confirmou que os saldos de Ativo e Passivo guardam conformidade com os registros auxiliares de patrimônio, almoxarifado e dívida fundada, observando-se o equilíbrio patrimonial e a correta evidenciação dos bens e obrigações.

BP - BALANÇO PATRIMONIAL	
Ativo Circulante	55.240.889,47
Ativo Não Circulante	48.857.399,14
Total do Ativo	104.098.288,61
Passivo Circulante	5.210.986,87
Passivo Não Circulante	131.922.558,02
Passivo Real	137.133.544,89
Resultado Patrimonial	(33.035.256,28)
Total do Passivo	104.098.288,61

Fonte: SIAPC/PAD – Balanço Patrimonial (Anexo 14)

Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP (Anexo 15): Atestou-se a consistência da DVP ao confrontar as variações patrimoniais quantitativas (aumentativas e diminutivas) com a execução orçamentária de receita e despesa. O resultado patrimonial do exercício de 2025 demonstrou-se coerente com as mutações ocorridas no patrimônio líquido do ente.



DVP - DEMONSTRATIVO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	
(+) Variações Patrimoniais Aumentativas	82.636.073,94
(-) Variações Patrimoniais Diminutivas	(78.851.592,82)
(=) Resultado Patrimonial do Exercício (superávit)	3.784.481,12

Fonte: SIAPC/PAD – Demonstração das Variações Patrimoniais (Anexo 15)

1.6. DO CUMPRIMENTO DE DECISÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Esta Unidade de Controle Interno monitorou o atendimento às decisões, recomendações e determinações proferidas pelo Egrégio Tribunal de Contas do Estado durante o exercício de 2025.

Verificou-se que o Poder Executivo Municipal adotou as medidas administrativas necessárias para o cumprimento tempestivo das deliberações da Corte de Contas, bem como apresentou as justificativas e documentos solicitados em sede de diligências ou processos de auditoria. Constatou-se que a gestão buscou a regularização de eventuais apontamentos de exercícios anteriores, demonstrando o compromisso com a observância da jurisprudência e das orientações técnicas exaradas pelo órgão de controle externo.

2. DEMAIS TEMAS RELEVANTES

A Unidade Central de Controle Interno, em prosseguimento à análise técnica das contas do exercício de 2025, procedeu à verificação de temas transversais de alta relevância para a gestão pública. Tais itens focam, primordialmente, no atendimento aos preceitos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000) e na eficiência da aplicação dos recursos públicos, como segue:

2.1 RESTOS A PAGAR E DISPONIBILIDADE FINANCEIRA (ART. 42 DA LRF)

Quanto à sistemática de encerramento do exercício de 2025 e a inscrição de despesas em Restos a Pagar, esta Unidade de Controle Interno procedeu ao



confronto entre as obrigações empenhadas e as respectivas disponibilidades de caixa por fonte de recurso.

O balancete da despesa, encerrado em 31/12/2025, demonstra que o montante de empenhos não liquidados (inscritos em Restos a Pagar Não Processados) totalizou R\$ 701.703,07 (setecentos e um mil, setecentos e três reais e sete centavos), enquanto o montante de empenhos liquidados e não pagos (inscritos em Restos a Pagar Processados) totalizou R\$ 2.729.735,94 (dois milhões, setecentos e vinte e nove mil, setecentos e trinta e cinco reais e noventa e quatro centavos).

Ao confrontar tais valores com as disponibilidades financeiras líquidas verificadas no Balanço Patrimonial, respeitando-se a vinculação das fontes de recursos, constatou-se a observância ao equilíbrio fiscal.

A análise técnica atesta que o Município mantém suficiência de caixa para o adimplemento das obrigações assumidas, em cumprimento aos preceitos da Lei Complementar nº 101/2000, exceto na fonte livre, conforme detalhado no demonstrativo a seguir:

RECURSO	Disponibilid.	Restos Proces.	Restos N Proces.	Demais Obrig.	Saldo
500-Recursos NV	938.144,13	(1.826.098,59)	(439.258,20)	(222.354,47)	(1.549.567,13)
501-Outros Recursos NV	217.452,73	(200.757,06)		(2.952,00)	13.743,67
540-FUNDEB	150.769,94	(52.192,76)		(94.515,71)	4.061,47
546-Transf FUNDEB - União - ETI	6.095,75	(975,46)		(5.120,29)	-
550-Salário Educação	34.672,18	(34.380,58)	(24,48)	(131,80)	135,32
552-PNAE- FNDE	434,56				434,56
553-PNATE - FNDE	421,08			(262,94)	158,14
569- Outras Transf. FNDE	26,56				26,56
574- Oper. Crédito Vinc. à Educ.	421.971,65	(416.907,99)		(5.063,66)	0,00
576- Transf. Rec. Est Prog. Educ.	631,46			(561,20)	70,26
600-Tr. Saúde-UNIÃO	330.382,68	(86.268,26)	(568,00)	(5.939,20)	237.607,22
601-FEAS	62.736,32				62.736,32
604- Estado Ag. Saúde e Endem.	80.571,17			(12.845,81)	67.725,36
605-Piso da Enfermagem	18.423,88				18.423,88
621-Saúde-Estado	267.583,32	(14.517,87)		(1.061,16)	252.004,29
632- Transf. Estado Saúde	2,36				2,36
660-FNAS	59.750,33		(168,40)	(70,82)	59.511,11



661-Ass. Social-Estado	42.210,43				42.210,43
669- Outros Rec. Vinc. Ass. Social	10.537,71			(455,88)	10.081,83
700-Outras Trans. UNIÃO	252.333,13		(214.603,76)		37.729,37
701-Outras Trans. Estado	487.369,13		(26.755,39)	(845,01)	459.768,73
706-Transf. Especial UNIÃO	104.315,37				104.315,37
708-Comp. Financ.Rec.Minerais	3.436,17				3.436,17
715 - Tr. Setor Cultural Audiov.	4224,31				4.224,31
716- Tr. Setor Cultural Demais	1821,21				1.821,21
719-Lei Aldir Blanc	873,54				873,54
720-Exploração do Petróleo	33.490,50	(29.924,94)		(93,48)	3.472,08
749 - Outras Vinc. de transf.	0,43				0,43
750-CIDE	7.222,55				7.222,55
751 - COSIP	77.135,55	(44.160,41)	(1.426,18)	(412,25)	31.136,71
752-Rec.Vinc.Trânsito	467,26				467,26
754-Operação de Crédito	1.377,84				1.377,84
755-Alienação de Bens	137.498,04	(20.313,09)	(7.148,66)		110.036,29
759-Rec. Vincul. a Fundos	287.333,59			(2.930,00)	284.403,59
800- RPPS - Plano	7.504.923,94	(1.797,60)		(70.502,60)	7.432.623,74
802 - RPPS - Taxa	341.114,10	(1.441,33)	(11.750,00)	(76,32)	327.846,45
862 - Recursos de Depósito de Terc.	52,84			(52,84)	0,00
869-Recursos Extra orçam.	491,74			(491,74)	0,00
899-Out. Rec. Vinculados	0,01			(15,71)	(15,70)
TOTAIS	11.888.299,49	(2.729.735,94)	(701.703,07)	(426.754,89)	8.030.105,59

Fonte: SIAPC/PAD – RVE, Item 5.2.7 Modelo 7 – Demonstrativo dos Restos a Pagar

Ao confrontarmos o montante das despesas inscritas em Restos a Pagar com as disponibilidades de caixa em 31/12/2025, e observada a estrita vinculação das fontes de recursos, verifica-se que ocorreu insuficiência financeira para a cobertura das obrigações processadas e não processadas da fonte de recurso não vinculado (fontes livres).

Tal cenário suscita ressalvas quanto à manutenção do equilíbrio das contas públicas, sob a perspectiva dos princípios estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Observa-se que a análise individualizada por fonte de recurso indica a existência de limitações no lastro financeiro disponível para a integral cobertura dos compromissos assumidos em determinados vínculos. Nesse contexto, identificam-se indícios de insuficiência financeira que, em alguma medida, podem repercutir na condução da gestão do exercício subsequente.



2.2 ÍNDICE DE DESPESA COM PESSOAL (ART. 18 A 23 DA LRF)

No tocante à despesa total com pessoal, em observância aos limites estabelecidos pela Lei Complementar nº 101/2000, esta Unidade de Controle Interno validou os dados constantes no Relatório de Gestão Fiscal (RGF) do 2º semestre de 2025. O cálculo considera a somatória das despesas realizadas nos últimos doze meses, confrontadas com a Receita Corrente Líquida (RCL) do período, conforme demonstrado abaixo:

ÍNDICE DE DESPESAS COM PESSOAL EM 2025		
Receita Corrente Líquida (RCL)	55.505.154,22	
Despesas com Pessoal nos últimos 12 meses	26.425.512,27	47,61%
Limite de alerta conforme artigo 59, § 1º, II da LRF	26.975.504,95	48,60%
Limite prudencial conforme artigo 22, § único da LRF	28.474.144,11	51,30%
Limite legal conforme artigo 20, III, “b” da LRF	29.972.783,28	54,00%

Fonte: RGF - Modelo 2 Demonstrativo da Despesa de Pessoal

Verifica-se que a despesa total com pessoal do Poder Executivo, ao encerramento do exercício de 2025, manteve-se em conformidade com os patamares legais. O índice apurado de 47,61% demonstra que a gestão permaneceu abaixo dos limites de alerta, prudencial e máximo estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Tal resultado atesta o equilíbrio entre o custeio da máquina pública e a capacidade de arrecadação do ente, não sendo necessária a aplicação das vedações previstas no art. 22 da referida Lei.

2.3 OPERAÇÕES DE CRÉDITO

No que respeita ao atendimento dos limites e condições para a realização de operações de crédito, inclusive por Antecipação de Receita Orçamentária (ARO), esta Unidade de Controle Interno verificou a conformidade com as Resoluções do Senado Federal e com o art. 32 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Constatou-se que o Município de Condor realizou a contratação de operações de crédito no exercício de 2025. O acompanhamento realizado via Relatório de



Gestão Fiscal (RGF) do 2º semestre evidencia a adoção de novos instrumentos de financiamento, conforme demonstrado abaixo:

OPERAÇÕES DE CRÉDITO E % DE LIMITE		
Receita Corrente Líquida (RCL)	56.063.778,22	% S/RCL
Montante das Operações de Crédito	128.005,89	0,23%
Limite de alerta cfe. art. 59, § 1º, III da LRF	8.073.184,06	14,40%
Limite legal cfe. art. 7º, da Resolução 43/2001	8.970.204,52	16,00%

Fonte: RGF – Modelo 6 Demonstrativo das Operações de Crédito

Verifica-se o pleno atendimento aos limites legais, uma vez que houve ingresso de recursos provenientes de operações de crédito, mas que o montante de Operações de Crédito ficou abaixo dos 14,40% sobre a Receita Corrente Líquida. Tal situação preserva a margem de endividamento do ente e reforça a manutenção do equilíbrio fiscal e da saúde financeira municipal.

2.4 DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (ART. 30 DA LRF)

A posição da Dívida Consolidada Líquida do Município, em 31/12/2025, foi analisada em conformidade com as normas da Lei de Responsabilidade Fiscal e com os limites estabelecidos pela Resolução nº 40/2001 do Senado Federal.

A análise técnica consistiu na verificação do montante da Dívida Consolidada (Dívida Fundada) e na dedução das disponibilidades financeiras e haveres, apurando-se o endividamento líquido real do ente. Os dados, extraídos do Relatório de Gestão Fiscal (RGF), apresentam a seguinte posição:

DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA E % DE LIMITE		
Receita Corrente Líquida RCL	56.063.778,22	% S/ RCL
Dívida Consolidada ou Fundada	12.011.353,69	
(-) Disponibilidades e Demais haveres Financeiros	(667.117,39)	
(=) Dívida Consolidada Líquida	11.344.236,30	20,23%
Limite de emissão de alerta cfe. art. 59, § 1º, III da LRF	60.548.880,48	108,00%
Limite legal cfe. art. 3º, II da Resolução 40/2001	67.276.533,86	120,00%



Fonte: RGF - Modelo 4 Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida e SIAPC/PAD – RVE, Item 5.2.4 Demonstrativo da Dívida Consolidada

Verifica-se que o índice da Dívida Consolidada Líquida do Município ao final de 2025 manteve-se em patamares de plena segurança fiscal, situando-se significativamente abaixo do limite máximo de 120% da RCL. A existência de disponibilidades financeiras superiores às obrigações de longo prazo resultou em uma DCL compatível com a capacidade de pagamento do Município, assegurando o cumprimento das metas fiscais e a sustentabilidade do endividamento público.

2.5 DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CRÉDITOS ADICIONAIS

Em análise detalhada das operações financeiras e orçamentárias realizadas no exercício de 2025, esta Unidade de Controle Interno verificou a estreita observância ao disposto na Lei Federal nº 4.320/1964. A execução demonstrou que as despesas foram escrituradas conforme os princípios fundamentais de contabilidade aplicados ao setor público.

A despesa orçamentária conteve-se no limite dos créditos votados, não ocorrendo excessos sem a devida cobertura legislativa. As alterações orçamentárias realizadas estão resumidas no quadro abaixo:

EVOLUÇÃO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (EXERCÍCIO 2025)	
Dotação Orçamentária Inicial (LOA)	57.405.000,00
(+) Créditos Suplementares	38.530.771,50
(+) Créditos Especiais	269.875,88
(+) Créditos Extraordinários	-
Soma dos Créditos Adicionais	38.800.647,38
(+/-) Transposições e Remanejamentos	-
(-) Reduções	(14.559.051,55)
Total da Despesa Autorizada Atualizada	81.646.595,83

Fonte: SIAPC/PAD – RVE – Item 2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa



No que tange à cobertura desses créditos, o Controle Interno atestou a existência de autorização legal e a disponibilidade dos recursos indicados, em estrito cumprimento ao Art. 43 da Lei nº 4.320/1964, conforme as seguintes fontes:

FONTES DE RECURSO PARA CRÉDITOS ADICIONAIS	
Origem dos Recursos (Fontes)	Valor
Superávit Financeiro (do exercício anterior)	2.422.613,42
Excesso de Arrecadação	11.147.312,13
Operações de Crédito	8.549.977,54
Suplementação de Dotações mesma Entidade	14.557.701,49
Suplementação Orçamentária entre Entidades	2.123.042,80
Total de Recursos Utilizados	38.800.647,38

Fonte: SIAPC/PAD – RVE, Item 2.2.2 Resumo para Abertura de Créditos Adicionais

2.6 CONFORMIDADE DAS FASES DA DESPESA E ATOS COMPLEMENTARES

Atesta-se que os gastos efetuados guardaram rigorosa conformidade com a classificação funcional-programática. Além disso, a fiscalização documental realizada por amostragem e análise sistêmica permitiu as seguintes conclusões:

Fases da Despesa: Ficou caracterizada a observância dos artigos 60, 63 e 64 da Lei nº 4.320/1964, respeitando-se os estágios de Empenho, Liquidação e Pagamento.

Documentação Comprobatória: As Notas de Empenho e ordens de pagamento foram devidamente instruídas com documentos fiscais e comprovantes de entrega de bens ou prestação de serviços.

Operações Extraorçamentárias: No controle contábil das retenções e depósitos de terceiros, não foram constatadas irregularidades, mantendo-se a paridade entre os registros e os recolhimentos.



2.7 DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS (EDUCAÇÃO E SAÚDE)

Esta Unidade de Controle Interno elaborou Relatórios e Parecer específicos, os quais demonstram à aplicação de (25,96%) em recursos mínimos vinculados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) e de (31,11%) em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS), percentuais alcançados que comprovam o atendimento às exigências da Constituição Federal e as Leis Complementares vigentes no exercício de 2025.

2.8 DOS PLANOS MUNICIPAIS DE SANEAMENTO E RESÍDUOS SÓLIDOS

O Município dispõe de Plano Municipal de Saneamento e de Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, ambos vigentes desde 2014. A elaboração de tais programas atendem o art. 9º da Lei Federal nº 11.445, de 05/01/2007 e ao art. 18 da Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, respectivamente.

2.9 DAS LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

Durante o exercício de 2025, a Unidade de Controle Interno acompanhou, por amostragem e mediante exames de conformidade, a regularidade dos procedimentos licitatórios e das contratações diretas (dispensas e inexigibilidades), em conformidade com a segunda linha de defesa, nos termos do inciso II, artigo 169 da Lei Federal nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações).

2.10 DO SISTEMA SIAPC/PAD

Por fim, atesta-se que o Poder Executivo Municipal manteve a regularidade no envio das remessas eletrônicas de dados ao Tribunal de Contas do Estado (TCE-RS), via sistema SIAPC/PAD, respeitando os prazos estabelecidos na Resolução 1.134/2020.



PARECER DO CONTROLE INTERNO

A análise detalhada da Execução Orçamentária, compreendendo o Orçamento, Créditos Adicionais, Receitas e Despesas, Balanços Financeiro e Patrimonial, Dívida Pública Fundada, bem como a Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) e a apuração do Resultado do Exercício, foi realizada com base na documentação técnica apresentada pelo Poder Executivo Municipal, a qual compõe o Balanço Geral do exercício de 2025.

Diante do exposto, esta Unidade de Controle Interno manifesta o seguinte entendimento:

Planejamento e Metas: As metas previstas no Plano Plurianual (PPA), priorizadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e fixadas na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2025, foram atingidas em conformidade com as disponibilidades financeiras e o cronograma de desembolso.

Fidedignidade Contábil: Atestamos a confiabilidade das demonstrações contábeis em seus aspectos técnicos e formais. Constatou-se que as conciliações bancárias foram executadas de forma regular, tempestiva e com paridade entre os saldos contábeis e extratos bancários.

Legalidade e Eficácia: No que se refere à legalidade dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial, verificou-se a estrita observância às normas vigentes. Quanto à eficácia, os resultados obtidos guardam coerência com o interesse público e com o planejado nas leis orçamentárias.

Consistência Documental: A análise da movimentação foi efetuada segundo as normas de controle e os princípios fundamentais de contabilidade aplicados ao setor público. Os registros e documentos examinados traduzem adequadamente a realidade da execução de responsabilidade do Administrador Municipal no exercício de 2025.



CONCLUSÃO:

A análise dos demonstrativos contábeis do exercício de 2025 evidencia que o Município apresentou disponibilidades financeiras totais no valor de R\$ 11.466.327,84, as quais, em análise global, mostram-se suficientes para a cobertura das obrigações financeiras registradas ao final do exercício.

Entretanto, ao se proceder à análise por fonte de recursos, conforme preconizado pelas normas de contabilidade aplicadas ao setor público e pelos procedimentos adotados pelos Tribunais de Contas, verificou-se a ocorrência de insuficiência financeira na fonte de recursos livres, no montante de R\$ 1.549.567,13.

Tal insuficiência decorre da existência de obrigações superiores às disponibilidades financeiras nessa fonte, especialmente em relação aos restos a pagar processados no valor de R\$ 1.826.098,59, restos a pagar não processados no valor de R\$ 439.258,20, bem como demais obrigações financeiras no valor de R\$ 222.354,47, frente à disponibilidade negativa registrada nessa fonte.

Essa situação evidencia desequilíbrio financeiro na gestão dos recursos livres, indicando que parte das obrigações assumidas ao final do exercício não encontra correspondente disponibilidade financeira nessa mesma fonte de recursos, o que contraria o princípio do equilíbrio das contas públicas estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000).

Ressalta-se que a manutenção de insuficiência financeira, ainda que restrita a determinada fonte de recursos, pode comprometer a adequada programação financeira do exercício subsequente, bem como a regular quitação das obrigações assumidas, exigindo da administração a adoção de medidas voltadas à recomposição do equilíbrio financeiro e à melhoria do planejamento orçamentário e da execução da despesa pública.



Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDOR

Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento

Contadoria Geral do Município - COGEM



PREFEITURA DE

CONDOR

NOVOS AVANÇOS

Diante do exposto, considerando que as inconsistências identificadas não comprometem integralmente a regularidade das contas, mas evidenciam fragilidade na gestão financeira dos recursos livres, esta Unidade de Controle Interno entende ser necessária a emissão de **PARECER FAVORÁVEL COM RESSALVAS**, recomendando à Administração Municipal a adoção de medidas voltadas ao restabelecimento do equilíbrio financeiro e ao aprimoramento dos mecanismos de planejamento, controle e execução orçamentária.

É o relatório e parecer.

Condor, 18 de março de 2026.

Gianine Schmidt
Agente de Controle Interno
CRA n. RS-036550/O